

OLHAR A CIDADE

*Fabio Botelho Josgrilberg**

Pesquisar a cidade é dar chance para se surpreender por aquilo que alcança o nosso olhar. Porém, a visão jamais dará conta de todos os aspectos desse fenômeno social fascinante onde projetos de vida diversos se relacionam cotidianamente na batalha pela sobrevivência. A cidade, portanto, revela-se à percepção de administradores e pesquisadores, ou ao cidadão distraído, apenas por perfis que podem ser postos em dúvida e explorados pelo questionamento crítico rigoroso, pela descrição disciplinada ou simplesmente pela curiosidade mais prosaica que se possa imaginar.

A síntese provisória deste texto já está dada. A estratégia, quase jornalística, pode ser pouco ortodoxa para um artigo acadêmico, gênero literário que, em geral, localiza seu objeto de estudo em introduções para depois desenvolver argumentos e caminhar rumo às argumentações finais. O objetivo aqui é outro. O que segue é uma espécie de carta-convite que tenta inspirar o olhar crítico e curioso sobre a cidade. Não o olhar inquisidor, mas aquela curiosidade que se alimenta da multiplicidade de relatos que circulam pelas

* É jornalista (Universidade Metodista de São Paulo, UMESP), mestre em Media Studies (Concordia University, Montreal, Canadá), doutor em Ciências da Comunicação (Universidade de São Paulo, USP) e estudos pós-doutorais na London School of Economics and Political Science (LSE, financiado pela FAPESP). É pesquisador da Cátedra Unesco de Comunicação para o Desenvolvimento Regional, professor do programa de Pós-graduação Stricto Sensu (mestrado e doutorado) de Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo. É membro do Conselho do programa 100 Open Startups (<http://www.openstartups.net/>), foi coordenador e vice-coordenador eleito do segmento de universidades comunitárias do Fórum Nacional de Pró-reitores de Pós-graduação e Pesquisa (FORPROP), avaliador ad hoc dos núcleos estratégicos de pesquisa da Universidade Federal do ABC para o triênio (2017-2019). É consultor nas áreas inovação, pesquisa e desenvolvimento, com atuação empresas de serviços financeiros, saúde, mineração, dentre outros. É avaliador de periódicos científicos nacionais e internacionais, tais como Canadian Journal of Communication (Canadá), Palavra Chave e Signo y Pensamiento (Colômbia). É autor de livro, organizações e artigos científicos nacionais e internacionais sobre inovação, tecnologias da informação e comunicação com ênfase em inovação, desenvolvimento social, processo colaborativos, usos cotidianos, fenomenologia da tecnologia e direitos humanos.

esquinas, botequins, cozinhas, ruas, praças, varandas, salas de estar, entre tantos outros espaços de encontros e de reinvenção da vida diária.

São muitas as maneiras de se dirigir à cidade. Temos, por exemplo, a atitude soberba de certos tipos de administradores ou pesquisadores que olham para a cidade a fim de encontrar um correlato que justifique suas ideias e, portanto, suas decisões. Esse é o olhar do alto, de onde a cidade estática, cativa de uma única perspectiva, enganosamente parece não oferecer resistência. Ela está lá à mercê de uma visão privilegiada que se sustenta em relações de poder diversas. Esse é o olhar do *voyeur* sentado no topo do *World Trade Center* sobre *Manhattan*, segundo a metáfora de Michel de Certeau (1990, p. 139) – metáfora que ganhou contornos ainda mais incômodos após o fatídico 11 de setembro de 2001.

O olhar do alto, panóptico de certa forma, é fruto da arrogância existente nos gabinetes ou salas de universidades, mas também denunciam o legado deixado por uma cultura que não ousa variar suas estratégias de indagação sobre a realidade. Assim, uma ou duas perspectivas se tornam chaves gerais de entendimento, desprezando qualquer outra modalidade de descrição do mundo. Nessa cultura, o *pesquisador-administrador-voyeur* contenta-se com o que alguns procedimentos metodológicos descrevem, e de fato eles revelam perfis da realidade, mas raramente ousa apontar o que as ferramentas escolhidas não permitiram dizer.

Vista do alto de alguns poucos procedimentos metodológicos, a cidade é sempre mais organizada e confortavelmente silenciosa do que se encarada ao nível da rua. Seja São Paulo ou um vilarejo do interior, a visão de sobrevoo dá a segurança, falsa ou parcial, necessária para continuar com as práticas burocráticas do dia a dia da gestão numa rotina que aparentemente garante as posições individuais na hierarquia do governo ou da academia.

As estratégias do olhar de sobrevoo sobre a cidade são muitas. Há aqueles que transformam o espaço social urbano um simples amontoado de dados estatísticos e registros numéricos: números de identidade, de carteira de motorista, de matrículas nas escolas, CPF, PIB, leitos de hospitais... organizar a cidade se reduz a resolver uma equação matemática; olhar para a cidade é registrar esses números.

Outro se dirigirem à cidade com uma imagem formada e tentam buscar um correlato que justifique a imagem. As pesquisas de opinião muitas vezes funcionam dessa estranha maneira. Desce-se ao térreo para “ouvir” as pessoas. Elas têm o direito de optar entre as “opiniões” que o pesquisador

formulou, na forma como ele as formulou. Quatro ou cinco dias depois, a imagem se completa.

As visões de sobrevoo congelam a dinâmica urbana a partir de postos privilegiados e ignoram milhares de outros olhares que dão vida e movimento à cidade. Ligam-se a articulações de poder que estruturam espaço social; esferas responsáveis pela formulação de políticas públicas ou formadoras de opinião que tentam se apresentar como referências nesse grande tecido de relações complexas e contraditórias que é o espaço urbano.

A arrogância do olhar de sobrevoo é fácil de perceber na mídia e nas bancas de doutorados e mestrados nas universidades. Na divulgação de relatórios de pesquisa há, salvo raras exceções, um ar triunfal. Parece haver quase que uma obrigatoriedade de se anunciar o novo, uma revelação, conclusões, quando, na verdade, o que se tem são apenas novas perguntas – o que já é grande mérito! De alguma maneira, há que se dedicar mais tempo nesses espaços para mostrar os limites dos procedimentos metodológicos, o que a pesquisa não revelou e por quê. Talvez isso não interesse às burocracias do mundo acadêmico, parcialmente pautado por sistemas de pontuação que aferem a produção do conhecimento, e à lógica midiática, da qual muitos governos tiram proveito. Reconhecer os limites de princípio, no entanto, é possível e necessário.

Há, porém, outras possibilidades de se envolver com a cidade abertas às surpresas do caminhar ao nível da rua. Trata-se de uma forma de olhar disposta aos encontros, agradáveis ou não, aos cheiros, sons, cores, enfim, um caminhar que se imbrica na rugosidade do espaço social. Contudo esta não é uma tarefa fácil. Caminhar pelas largas avenidas ou por vielas seminais requer outra atitude, cada vez mais rara nos grandes debates acadêmicos ou nas disputas políticas espetaculares que circulam pela mídia. Esta outra forma de engajamento com o espaço urbano exige uma ética que busca dar lugar ao outro, uma disposição humilde para ouvir, olhar e sentir que vai além da estrutura cerrada de alguns procedimentos metodológicos. Tal modo de envolvimento demanda paciência e um compromisso com a cidade e seus cidadãos que nem sempre atendem às necessidades da gestão e burocracias dos dias atuais.

Note-se que a discussão sobre as formas de olhar para a cidade vai muito além da querela estofa sobre o valor da pesquisa quantitativa e qualitativa, sobre a disputa entre a objetividade dos números e a subjetividade dos relatos pessoais. A pesquisa qualitativa, mais preocupada com relatos,

pode igualmente reduzir a vitalidade das relações sociais a abstrações que se escondem no anonimato dos pesquisados ou em entrevistas ou grupos focais altamente estruturados que em vez de ouvir simplesmente forçam o pesquisado a dizer algo. Muito além dos procedimentos, a questão é o status de qualquer olhar, ou seja, da própria pesquisa.

Este convite, portanto, chama o leitor ou leitora para um tipo de pesquisa/olhar que dê o mínimo de espaço para a vitalidade da cidade que se perde em números e imagens pré-concebidas, em pesquisas qualitativas ou quantitativas. Portanto, não se trata de um texto sobre como estruturar formulários de pesquisa, questionários, entrevistas, grupos focais etc. Antes, busca-se dar um passo atrás, falar da relação do pesquisador com a cidade.

A questão é epistemológica e também ética – preocupações que foram separadas apenas na Modernidade. O apelo é para uma abertura inspirada pela curiosidade da pesquisa, não como simples procedimento científico, mas como estratégia cotidiana de interrogação e questionamento do mundo; atitude onde cada encontro pode ser motivo de surpresa, assim como um visitante curioso que é capaz de se encantar tanto com cada detalhe de uma catedral gótica quanto com um breve bate-papo na fila da rodoviária.

Para estimular essa reflexão, uma inspiração, provocação talvez, que vem de um escritor oriundo do campo científico, doutor em Física, ex-pesquisador do Laboratório Curie, em Paris, o argentino Ernesto Sabato. Diz ele em suas reflexões sobre a literatura:

Desde Pitágoras, os gregos observaram esse fato extraordinário, assombroso tão logo se pense um pouco, e concluíram naturalmente que a matemática indicava a rota secreta que, através da selva escura de nossas sensações, tendo por guia apenas a razão, com a única ajuda do pensamento puro, nos conduzia ao universo eterno da verdadeira realidade, a partir deste mundo confuso que suscitava o ceticismo de Heráclito. Assim surgiu no povo helênico o prestígio do pensamento como instrumento do conhecimento e esse divino prestígio perduraria no Ocidente ao longo de quase mil e quinhentos anos de guerras, invasões, derrocadas e devastações.

Até que filósofos que parecem fazer literatura e escritores que parecem fazer filosofia negaram (SABATO, 2003, p. 104).

O que os gregos e, de alguma maneira, a cultura ocidental negou? Veja-

mos: em primeiro lugar, tomamos o termo cultura ocidental, em sentido lato, cientes dos encontros com outras formas de organização social e a mútua interferência entre eles. O termo, aqui, aponta para áreas de influência de um determinado tipo de pensamento cujo processo de expansão se dá por volta dos séculos V e IV antes de Cristo, a partir da Grécia, dali para a Itália, Europa Central e de lá para as Américas, Austrália, Europa do Leste e com algumas incursões pela África e Ásia, nestes continentes com menor sucesso. Esse movimento está intimamente ligado à expansão do Cristianismo, do processo de colonização levado a cabo por países europeus e, posteriormente, acelerado com capitalismo industrial a partir do século XIX.

Uma das forças motrizes do processo de expansão da cultura ocidental foi o desenvolvimento da filosofia e da ciência. Esses dois termos começaram a se diferenciar a partir da Idade Moderna, entre os séculos XV e XVI, em um processo que seguiu até meados do século XIX, quando começa a Idade Contemporânea – vale ressaltar que essa periodização dá origem a calorosos debates.

René Descartes (1596-1650) foi uma das figuras de maior importância no período inicial. O filósofo e matemático francês direcionou sua reflexão para a capacidade racional do ser humano, conforme a herança dos estudos da matemática, modo de conhecimento que sempre exigiu alta elaboração intelectual. Desde a filosofia grega, o mundo da matemática aparece como o mundo ideal. Descartes, tentando escapar a qualquer recurso à imaginação ou outras possibilidades perceptivas do ser humano, e nesse sentido em conflito com a geometria euclidiana, propõe individualizar as diversas dimensões da realidade em números para, a partir das relações matemáticas, fornecer as representações, descrições e explicações necessárias. O caminho para conhecimento passava pela dúvida de nossas experiências sensorial, porém conscientes de que pensamos. A evidência da verdade estaria na coerência de nossos processos racionais.

Outro personagem fundamental nesse processo de separação da ciência da filosofia foi Galileu Galilei (1564-1642), que separa explicitamente as verdades religiosas das verdades científicas calcado no neoplatonismo do século XVII. É importante lembrar que para Platão, os números e figuras geométricas estavam ligados a elementos da beleza e mágica, muito além de suas formas abstratas (FRIEDLANDER, p. 93, 1958). Para o filósofo grego, o significado o estudo da matemática levava à Ideia (*Eidos*), o elemento universal e imperceptível comum a todas as coisas belas. Para Galilei, “o grande livro

da natureza é escrito em caracteres matemáticos” (*apud* BELLO, 2004, p.39).

Essa maneira de racionalização sobre o mundo foi aos poucos invadindo as reflexões sobre as chamadas “ciências humanas”, ainda que controvérsias surgissem nesse percurso, como o empirismo inglês de John Locke (1632-1704) e David Hume (1711-1776), o qual também reconhecia o valor da experiência imediata do mundo, independentemente das tentativas de fundamentação teórica da realidade. Um dos grandes avanços na direção de tentar compreender a sociedade por investigações científicas foi o Positivismo elaborado pelo filósofo francês Augusto Comte (1798-1857). Surge, então, a Sociologia, que, no princípio era conhecida como “Física Social”.

E assim, a evolução da investigação científica sobre fenômenos sociais seguiu seu curso, desconsiderando qualquer outra forma de saber ou de expressão do mundo, “até que filósofos que parecem fazer literatura e escritores que parecem fazer filosofia o negaram” (SABATO, *op. cit.*). Da parte dos “escritores que parecem fazer filosofia”, temos aquela vasta gama de autores que tratam de descrever diversos aspectos das relações humanas, mesmo aqueles mais íntimos e misteriosos, sem fazer recurso a métodos científicos: Kafka, Musil, Shakespeare, Guimarães Rosa, Fernando Pessoa, entre tantos outros -- isso para não falar da música, das artes plásticas, do cinema. Que forma curiosa é essa de saber? Qual o valor dessas explicações do mundo se comparadas a alguns achados científicos da sociologia, da antropologia, comunicação, entre outros campos?

Da parte dos filósofos, diversos pensadores também acertam no coração da soberba do saber científico, entre eles Ludwig Wittgenstein (1889-1951), que também era engenheiro e que colocou no centro de suas preocupações o status dos significados produzidos na linguagem – utilizamos a mesma linguagem para falar ficcionalmente ou cientificamente; em ambos os casos o significado depende de jogos de linguagem específicos. Um pouco antes, em um outro registro filosófico, Edmund Husserl (1859-1938), que além de filósofo era grande matemático, buscou recuperar as vivências que os seres humanos têm do mundo como fundamento de toda forma de conhecimento, inclusive o científico, a qual seria uma elaboração posterior.

Não teríamos espaço neste artigo para tratar de todas as disputas e nuances do debate sobre a produção do conhecimento. Gostaríamos de destacar, porém, que a redução do olhar investigativo sobre o mundo a uma única forma de descrevê-lo, matematicamente ou outra, é um equívoco. Por exemplo, para

descrever a “Lei da Gravidade” é possível recorrer a teorias elaboradas pela Física. No entanto, qualquer ser humano diante da queda de um único objeto, uma única vez, tem diante de si perfis desse fenômeno que são evidências daquilo que os físicos chamam de Lei da Gravidade, independentemente de qualquer elaboração teórica. Esse conhecimento do corpo, no seu engajamento diário com o mundo, está na base de qualquer saber científico. O que é mais verdadeiro, a percepção individual do objeto caindo ou a explicação teórica dos cientistas? Um saber como o outro revela aspectos de uma mesma realidade e nesse sentido têm o mesmo valor. A explicação teórica, porém, é fruto de um exercício rigoroso de exploração do fenômeno que avança sobre perfis do fenômeno que não foram explorados pelo observador leigo. É claro que a percepção pode se enganar, por várias razões, mas também o saber científico. Um como o outro pode ser posto em dúvida. No entanto, ambos tomam por base a primeira evidência do fenômeno que se abre à exploração.

O que se pretende não é diminuir o valor da investigação científica, mas simplesmente lembrar do valor das relações do corpo, e de todas as suas possibilidades perceptivas, com o mundo. O valor dessa relação imediata dos sujeitos com o mundo é diário e, por isso, cotidianamente estamos investigando a realidade na qual nos inserimos. Estar atento a esse saber anterior à formulação teórica científica é de fundamental importância para o pesquisador da cidade, porquanto a atitude investigativa não se restringe ao momento de formulação de questionários ou qualquer outro procedimento metodológico e à aplicação da pesquisa.

Caminhar pela cidade é estar aberto à surpresa de uma infinidade de fenômenos que podem vir a ser explorados por procedimentos metodológicos diversos. Assim, o olhar do pesquisador não deve se restringir às lentes da investigação científica para conhecer a cidade, mas deve se deixar levar também pela curiosidade e capacidade perceptiva inatas do corpo. É na abertura ao mundo que a novidade aparece, seja na conversa com as pessoas nos botequins, nas filas de bancos, nas salas de espera dos hospitais, na percepção das condições das ruas, nos muros pichados, nos cantores das praças, nos livros e quadros dos artistas locais e demais fenômenos do espaço urbano. De fato, talvez essa seja uma exigência que os procedimentos metodológicos atuais ainda não possam dar conta. Como escreveu Certeau e Giard:

Nossas categorias do saber são ainda muito rústicas e nossos modelos de análise muito pouco elaborados para nos permitir pensar a abundância inventiva das

práticas cotidianas. Está aí o nosso pesar. Que há tanto a compreender sobre as artimanhas incontáveis de “heróis obscuros” do efêmero, caminhantes na cidade, habitantes dos quarteirões, leitores e sonhadores, pessoas obscuras das cozinhas, isso nos encanta; (in CERTEAU; GIARD & MAYOL, 1994, p. 361).

Muitas vezes é no primeiro encontro, antes de qualquer formulação teórica, que pode estar a chave de entendimento de diversos fenômenos da cidade. Portanto, pesquisar a cidade não se restringe a um momento específico, a uma linguagem específica, mas a uma atitude de abertura permanente às surpresas do caminhar ao nível da rua. Haverá momentos em que será necessário subir ao alto de um edifício para ver a cidade; o olhar do alto, porém, não necessariamente invalida o olhar ao nível da rua e vice-versa.

As disputas sobre as formas de conhecimento, insistimos, estão muito além de uma discussão restrita sobre qual o valor da pesquisa quantitativa ou qualitativa. Cada uma ao seu jeito, com suas possibilidades e limites, são formas de expressar o mundo e dão conta de alguns aspectos da realidade. O convite que se faz aqui é para a lembrança de que pesquisar/olhar a cidade é uma atividade permanente que tira proveito das diferentes formas de investigação e relação com o mundo.

Na pesquisa do espaço urbano, assim como na fotografia, as técnicas são relativamente simples e limitadas. O que diferencia um fotógrafo do outro, assim como um pesquisador do outro, é o jeito de olhar. O estilo próprio de cada um que se revela na maneira única com que se relaciona com o mundo; modo particular de ser que nasce da capacidade perceptiva inata do ser humano e da sua relação com mundo culturalmente sedimentado. Nessas relações indissociáveis brotarão as estratégias semânticas de interrogação e, portanto, de direcionamento do olhar para a cidade.

Toda metáfora possui um limite intrínseco para expressar aquilo se pretende. Ao propormos a metáfora do olhar para falar da pesquisa na cidade não seria diferente. Poderíamos em um esforço vão tentar outras metáforas: “contar a cidade”, “sentir a cidade”, “ouvir a cidade”, entre outras variações possíveis. Nenhuma delas daria conta do desafio que é tentar descrever esse fenômeno social fascinante onde projetos de vida diversos se relacionam cotidianamente.

Em vez de metáforas, poderíamos buscar uma linguagem científica em descrever como “proceder metodologicamente”, “coletar dados”, “investigar” e usar todo um arsenal de expressões que teoricamente – assim mesmo, com duplo sentido – seria suficiente para descrever a cidade. Da mesma forma

pararíamos aquém dos padrões de exigência de verdade que alimentam os sonhos, e talvez pesadelos, de uma maneira de se fazer pesquisa científica. Contudo, assim como a metáfora, nenhum procedimento metodológico tem condições de descrever todos os aspectos de qualquer fenômeno social.

Entretanto, com a metáfora do olhar, pretendíamos humanizar ou reencontrar a investigação científica. Lembrar da vitalidade das relações humanas e das relações do pesquisador com a cidade. E, neste ponto, nunca é demais retomar o alerta de Sabato (SABATO, 2003, p. 139):

Os tempos modernos edificaram-se sobre a ciência, e não ciência senão do geral. Mas como a prescindência do particular é a aniquilação do concreto, os tempos modernos edificaram-se aniquilando filosoficamente o corpo. E se os platônicos o excluíram por motivos religiosos e metafísicos, a ciência o fez por motivos puramente gnosiológicos.

Entre outras catástrofes para o homem, essa proscrição acentuou sua solidão.

Por último, um alerta: pior do que reduzir a compreensão sobre a cidade ao olhar de sobrevoou ou a uma única forma de conhecimento é a recusa de se virar para ela. Nesses casos, o sentido dado ao espaço social se reduz à reprodução de relatos sedimentados em grupos fechados, prática comum entre várias elites brasileiras, mas não somente elas; grupos que pensam a gestão do espaço público a partir de interesses particulares.

REFERÊNCIAS

- BELLO, A. A. **Fenomenologia e ciências humanas: psicologia, história e religião**. Manhouf, M e Massimi, M. (Trad.). Bauru: EDUSC, 2004.
- CERTEAU, M. **L'invention du quotidien 1. Arts de faire**. Paris: Gallimard, 1990.
- CERTEAU, M; GIARD, L & MAYOL, P. **L'invention du quotidien 2. habiter, cuisiner**. Paris: Gallimard, 1994.
- FRIEDLANDER, P. **Plato 1: an Introduction**. Meyerhoff. H. (Trad.). New York: Pantheon Books, 1958.
- SABATO, E. **O escritor e seus fantasmas**. Soares, P. M. (Trad.). São Paulo: Companhia das Letras, 2003.